

**ALVARÁ DE LICENÇA**  
**PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS**

**N.º 18 / 2015 / CCDRN**

Renovação com alteração de Alvará de Licença N.º 17/ 2010/CCDR-N

Proc. 2201/1999-DPCA

237828

Nos termos do artigo 35.º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de Junho que altera e republica o Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro, é emitido o presente Alvará de Licença à empresa **Sucatas de Ramil, SA.**, com sede na Avenida da Seixa, 686,4505-004 Argoncilhe, freguesia de Argoncilhe, concelho de Santa Maria da Feira, detentora do NIF 505 555 131, para as operações de tratamento de resíduos do ponto I do artigo 23º da atual redação do Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro.

Operação(ões) de gestão de resíduos:

- Tratamento de resíduos perigosos e não perigosos (art.º 23º, do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de Junho) – CAE 38311 (Desmantelamento de veículos automóveis em fim de vida), 38321 (Valorização de resíduos metálicos), 38322 (Valorização de resíduos não metálicos) e 38220 (Tratamento e eliminação de resíduos perigosos) de acordo com o Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de Junho.

O presente alvará de licença é válido de 2 de abril de 2015 a 2 de abril de 2020, ficando a realização da operação de gestão de resíduos sujeita ao cumprimento integral das especificações em anexo, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

Porto, 1 de abril de 2015

A Diretora de Serviços de Ambiente

(Paula Pinto)

## Especificações anexas ao Alvará N.º 18 / 2015 / CCDRN

### 1. Identificação da Instalação:

Avenida da Seixa n.º 686				
4505-004	Argoncilhe		Argoncilhe	Santa Maria da Feira
Telefone:	227 445 155		Fax:	227 444 524
Endereço eletrónico:	info@sucatasramil.pt			
Georreferenciação	X	41.00446	Y	-8.53472
Técnico Responsável	Daniela Esteves			
Aderente às Entidades Gestoras de Fluxos Específicos	Amb3e, GVB (baterias), VALORCAR (VFV's e baterias), Sociedade Ponto Verde			

### 2. Descrição da Atividade

2.1 Esta licença é válida para o tratamento de resíduos perigosos e não perigosos destinados à operação de valorização de resíduos R12 – Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de RI a R11, para a operação de valorização R13 – Armazenamento de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de RI a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos) e para a operação de eliminação DI5 – Armazenamento antes de uma das operações enumeradas de DI a DI4 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos), de acordo com o Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

2.2 A empresa dispõe de uma área total de 12200 m<sup>2</sup>, sendo que 3500 m<sup>2</sup> são de área coberta.

Relativamente às zonas afetas à gestão dos resíduos refere-se que o espaço destinado ao desenvolvimento desta actividade está organizado da seguinte forma:

- zona de estacionamento de viaturas ligeiras.
- zona administrativa e instalações sanitárias.
- zona de receção de veículos em fim de vida.

- zona de receção onde se efetua a pesagem e primeira triagem dos resíduos forma a reencaminhar para o devido local.
- armazém de metais não ferrosos (coberto e fechado): a armazenagem e acondicionamento dos resíduos é feita com separadores. Neste local estão também os REEE munidos da respetiva bacia de retenção e sendo a sua gestão processada de acordo com os requisitos estabelecidos pela entidade gestora (Amb3E) e nos termos do Decreto-Lei nº 230/2004, 10 de dezembro; Todos os resíduos estão devidamente identificados através do nome e respectivo código LER.
- armazém de folha nova (coberto e aberto) onde os resíduos são compactados e armazenados. A compactação é feita recorrendo a equipamento próprio, sendo o seu acondicionamento garantido através de separadores. Estão também identificados pelo nome e respectivo código LER.
- zona de RCD perigosos (coberto e aberto) onde os resíduos são armazenados e acondicionados em contentor próprio.
- zona de armazenamento de óleos usados (coberta e aberta), munida de bacia de retenção, com cubas para o acondicionamento dos mesmos.
- zona de armazenagem de baterias (coberta e aberta devidamente ventilada), munida de caixas estanques para o acondicionamento das mesmas.
- zona de armazenamento de óleos usados (coberta e aberta), munida de bacia de retenção, com cubas para o acondicionamento dos mesmos.
- armazém de metais ferrosos (descoberto); este local está dividido com separadores para acondicionamento dos diferentes tipos de metais ferrosos. Ao centro está colocado um equipamento que garante o corte e compactação dos resíduos. Quando triados, são armazenados nos respetivos locais por tipo de resíduo. Neste local estão também o papel e cartão, plástico, RIB's, pneus usados e madeira. Quando os pneus estão munidos de jantes (ferro ou alumínio), é



feita a separação de todos os resíduos para posterior valorização. Todos estes resíduos estão acondicionados dentro de contentores de metal.

- zona do depósito de gasóleo (descoberto); depósito aéreo, com capacidade para 9900L. Encontra-se devidamente licenciado.

Todas as zonas estão identificadas por tipo de resíduo e código LER, sendo ainda toda a área da empresa devidamente impermeabilizada. Todos os resíduos são posteriormente encaminhados para operadores devidamente licenciados.

Relativamente às instalações e condições de armazenagem afetas à gestão dos veículos em fim de vida refere-se que o espaço destinado ao desenvolvimento desta atividade está organizado nas seguintes áreas:

- Zona de Receção – destinada à receção e à armazenagem de VFV, com o objetivo do seu posterior encaminhamento para as operações de descontaminação. Esta zona exterior encontra-se devidamente identificada e delimitada, possui pavimento impermeabilizado, com área suficiente para que os VFV não sejam colocados uns em cima dos outros ou de lado, equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de separador de hidrocarbonetos.
- Zonas de descontaminação e desmantelamento – zona coberta, equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de separador de hidrocarbonetos, destinada ao tratamento de VFV, nomeadamente à remoção e separação os seus componentes, com vista à sua despoluição e à reutilização, valorização ou eliminação dos materiais que o constituem. Possui equipamento que permite realizar a remoção, em condições de segurança, dos acumuladores e dos depósitos de gás liquefeito (GPL); remoção ou neutralização dos componentes pirotécnicos (air-bags e pré-tensores dos cintos de segurança); remoção do combustível, do óleo do motor, do óleo da transmissão, do óleo da caixa de velocidade, do óleo dos sistemas hidráulicos, do líquido de arrefecimento, do anticongelante, do fluido dos travões e dos fluídos dos sistemas de ar condicionado, e ainda remoção dos

catalisadores, pneus, dos grandes componentes de plástico (para-choques, painel de bordo, reservatórios de fluidos, etc.), vidros e outros componentes.

- Zona de armazenagem de materiais e componentes retirados de VFV, os resíduos provenientes da descontaminação de VFV são armazenados convenientemente em espaço coberto, com superfície impermeável e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separador de hidrocarbonetos. A zona de armazenamento de materiais ou componentes perigosos retirados dos VFV dispõe de dispositivos de retenção de derrames (bacias de retenção). Existem contentores apropriados e devidamente identificados para o armazenamento de baterias, filtros de óleo e condensadores contendo PCB/PCT.
- Zonas de armazenamento de veículos descontaminados/ desmantelados, a armazenagem será feita no exterior sobre pavimentos impermeáveis e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separador de hidrocarbonetos.

2.3 Os principais equipamentos afectos à atividade são: máquina giratória, enfardadeira fixa, enfardadeira pequena, descascador de cabo, báscula de 60 t, báscula de 30 t, compressor, bobcat, empilhador, tesoura, prensa, prensa fixa de 700 t, estação de descontaminação de veículos em fim de vida, espectrómetro, viaturas, reservatório de combustível para consumo próprio e várias ferramentas manuais.

2.4 Esta licença somente é válida para os seguintes resíduos, classificados com os códigos LER (Lista Europeia de Resíduos)

<b>Código LER</b>	<b>Designação</b>	<b>Operação</b>	<b>Quantidade máxima anual (t/ano)</b>
03 03 08	Resíduos da triagem de papel e cartão destinado a reciclagem	R12 / R13	15
04 01 08	Resíduos de pele curtida (aparas azuis, surragem, poeiras) contendo crómio	R13	50
04 01 09	Resíduos da confecção e acabamentos	R13	50



04 02 09	Resíduos de materiais compósitos (têxteis impregnados, elastómeros, plastómeros)	R13	10
04 02 21	Resíduos de fibras têxteis não processadas	R13	10
04 02 22	Resíduos de fibras têxteis processadas	R13	10
07 02 13	Resíduos de plásticos	R13	10
07 02 15	Resíduos de aditivos não abrangidos em 070214	R13	10
08 03 18	Resíduos de tonner de impressão não abrangidos em 080317	R13	10
10 02 01	Resíduos do processamento de escórias	R12 / R13	10
10 02 02	Escórias não processadas	R12 / R13	10
10 02 10	Escamas de laminagem	R12 / R13	10
10 03 02	Resíduos de ânodos	R13	10
10 03 05	Resíduos de alumina	R13	10
10 05 01	Escórias da produção primária e secundária	R13	10
10 05 04	Outras partículas e poeiras	R13	10
10 06 01	Escórias da produção primária e secundária	R13	10
10 06 04	Outras partículas e poeiras	R13	10
10 08 04	Partículas e poeiras	R13	10
10 08 09	Outras escórias	R13	10
10 09 03	Escórias do forno	R12 / R13	10
10 09 06	Machos e moldes de fundição não vazados não abrangidos em 10 09 05	R12 / R13	10
10 09 08	Machos e moldes de fundição vazados não abrangidos em 10 09 07	R12 / R13	10
10 10 03	Escórias do forno	R13	95
10 10 06	Machos e moldes de fundição não vazados não abrangidos em 10 10 05	R13	35
10 10 08	Machos e moldes de fundição vazados não abrangidos em 10 10 07	R13	10
12 01 01	Aparas e limalhas de metais ferrosos	R12 / R13	20000
12 01 02	Poeiras e partículas de metais ferrosos	R13	50
12 01 03	Aparas e limalhas de metais não ferrosos	R12 / R13	500
12 01 04	Poeiras e partículas de metais não ferrosos	R13	20
12 01 05	Aparas de matérias plásticas	R13	10
12 01 13	Resíduos de soldadura	R13	200
12 01 17	Resíduos de materiais de granalhagem não abrangidos em 12 01 16	R12 / R13	300
12 01 21	Mós e materiais de rectificação usados não abrangidos em 12 01 20	R12 / R13	5
13 02 05(*)	Óleos minerais não clorados de motores, transmissões e lubrificação	R13	2,5

15 01 01	Embalagens de papel e cartão	R13	250
15 01 02	Embalagens de plástico	R13	100
15 01 03	Embalagens de madeira	R13	300
15 01 04	Embalagens de metal	R12 / R13	1000
15 01 05	Embalagens compósitas	R13	15
15 01 06	Misturas de embalagens	R12 / R13	10
15 01 07	Embalagens de vidro	R13	10
15 01 09	Embalagens têxteis	R13	5
15 01 10(*)	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	R13	20
15 02 02(*)	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas	R13	15
15 02 03	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de protecção não abrangidos em 15 02 02	R13	5
16 01 03	Pneus usados	R12 / R13	150
16 01 04(*)	Veículos em fim de vida	R12 / R13	1000
16 01 06	Veículos em fim de vida esvaziados de líquidos e outros componentes perigosos	R12 / R13	1500
16 01 07(*)	Filtros de óleo	R12 / R13	20
16 01 12	Pastilhas de travões não abrangidas em 16 01 11	R12 / R13	5
16 01 16	Depósitos para gás liquefeito	R13	15
16 01 17	Metais ferrosos	R12 / R13	2000
16 01 18	Metais não ferrosos	R12 / R13	300
16 01 19	Plástico	R12 / R13	35
16 01 20	Vidro	R13	30
16 01 22	Componentes não anteriormente especificados	R13	50
16 02 11(*)	Equipamento fora de uso contendo clorofluorcarbonetos, HCFC, HFC	R13	15
16 02 13(*)	Equipamento fora de uso contendo componentes perigosos (2) não abrangidos em 16 02 09 16 02 12	R13	15
16 02 14	Equipamentos elétricos e electrónicos fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13	R13	50
16 02 15(*)	Componentes perigosos retirados de equipamento fora de uso	R13	30
16 02 16	Componentes retirados de equipamento fora de uso não abrangidos em 16 02 15	R13	100
16 03 04	Resíduos inorgânicos não abrangidos em 16 03 03	R13	10
16 06 01(*)	Acumuladores de chumbo	R13	3500



16 06 04	Pilhas alcalinas (excepto 16 06 03)	R13	10
16 06 05	Outras pilhas e acumuladores	R13	10
16 08 01	Catalisadores usados contendo ouro, prata, rénio, ródio, paládio, irídio ou platina (excepto 16 08 07)	R13	5
16 08 04	Catalisadores usados de cracking catalítico em leito fluido (excepto 16 08 07)	R13	5
17 01 01	Betão	R13	10
17 01 07	Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidas em 17 01 06	R13	20
17 02 01	Madeira	R13	10
17 02 02	Vidro	R13	10
17 02 03	Plástico	R13	10
17 03 02	Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	R13	5
17 04 01	Cobre, bronze e latão	R12 / R13	25
17 04 02	Alumínio	R12 / R13	30
17 04 03	Chumbo	R13	15
17 04 04	Zinco	R13	15
17 04 05	Ferro e aço	R12 / R13	2000
17 04 06	Estanho	R13	15
17 04 07	Mistura de metais	R12 / R13	350
17 04 09	(*) Resíduos metálicos contaminados com substâncias perigosas	R13	15
17 04 10(*)	Cabos contendo hidrocarbonetos, alcatrão ou outras substâncias perigosas	R13	15
17 04 11	Cabos não abrangidos em 17 04 10	R12 / R13	50
17 05 03(*)	Solos e Rochas contendo substâncias perigosas	D15	3
17 06 01(*)	Materiais de isolamento contendo amianto	D15	150
17 06 04	Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03	R13	15
17 09 04	Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 0902 e 17 09 03	R12 / R13	80
19 01 02	Materiais ferrosos removidos das cinzas	R12 / R13	300
19 01 12	Cinzas e escórias não abrangidas em 19 01 11	R12 / R13	10
19 01 18	Resíduos de pirólise não abrangidos em 19 01 17	R13	10
19 10 01	Resíduos de ferro ou aço	R12 / R13	10
19 10 02	Resíduos não ferrosos	R12 / R13	150
19 12 01	Papel e cartão	R13	15
19 12 02	Metais ferrosos	R12 / R13	15000
19 12 03	Metais não ferrosos	R12 / R13	500
19 12 04	Plástico e borracha	R12 / R13	10
19 12 05	Vidro	R13	15
19 12 07	Madeira não abrangida em 19 12 06	R13	15



19 12 12	Outros resíduos (incluindo misturas de materiais) do tratamento mecânico de resíduos não abrangidos em 19 12 11	R12 / R13	200
20 01 01	Papel e cartão	R13	100
20 01 02	Vidro	R13	10
20 01 10	Roupas	R13	10
20 01 11	Têxteis	R13	10
20 01 21(*)	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	R13	8
20 01 23(*)	Equipamento fora de uso contendo clorofluorcarbonetos	R13	10
20 01 34	Pilhas e acumuladores não abrangidos em 20 01 33	R13	10
20 01 35(*)	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 20 01 21 ou 20 01 23 contendo componentes perigosos (2)	R13	30
20 01 36	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35	R13	150
20 01 38	Madeira não abrangida em 20 01 37	R13	50
20 01 39	Plásticos	R12 / R13	100
20 01 40	Metais	R12 / R13	20000
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	R12 / R13	100
20 03 03	Resíduos da limpeza de ruas	R13	10
20 03 07	Monstros	R12 / R13	150

nos termos da Portaria n.º 209/2004 de 3 de março, sendo a capacidade instantânea de armazenamento de 44 t para os resíduos perigosos e 800 t para os não perigosos. No respeitante à quantidade máxima anual de resíduos objeto das operações de gestão de resíduos supramencionados temos um total de 71 953.5 t, sendo que, para os resíduos não perigosos, 64 945 t são sujeitas às operações de valorização R12/R13 e 2 160 t à operação de valorização R13. Quanto aos resíduos perigosos, 1 020 t estão sujeitas às operações de valorização R12/R13, 3 675.5 t à operação R13 e 153 t à operação de eliminação D15.

### 3. Condições específicas de gestão de resíduos

3.1 O titular desta licença compromete-se a realizar a operação de gestão de resíduos de embalagem, de acordo com os princípios e as normas aplicáveis definidos no Decreto-lei n.º 366-A/97 de 20 de dezembro alterado pelo Decreto-lei n.º 92/2006 de 25 de maio.

3.2 Para a correta gestão de resíduos de construção e de demolição (RCD), o titular desta licença deverá cumprir com os requisitos explanados no Decreto-lei n.º 46/2008 de 12 de março, nomeadamente os requisitos mínimos constantes no Anexo I, do referido Decreto-lei, na redação que lhe foi conferida pelo art.º 11º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

3.3 O operador deverá dar cumprimento ao disposto no artigo 16º no Anexo III do Decreto-lei n.º 46/2008 de 12 de março, bem como os requisitos da Portaria n.º 417/2008 de 11 de junho, no respeitante às guias de acompanhamento dos RCD's.

3.4 O local da instalação onde se realize o armazenamento dos resíduos de equipamento elétrico e eletrónico (REEE) deverá cumprir com os requisitos do ponto I do Anexo IV do Decreto-lei n.º 67/2014 de 7 de maio.

3.5 Os REEE deverão ser armazenados por categorias; até 14 de agosto de 2018 de acordo com a classificação estipulada pelo Anexo I do Decreto-lei n.º 67/2014 de 7 de maio e posteriormente, de acordo com o Anexo II do mesmo diploma.

3.6 Os locais de tratamento de REEE deverão ser dotados de contentores adequados para o armazenamento de pilhas, condensadores com PCB/PCT e outros resíduos perigosos.

3.7 Relativamente aos componentes contendo PCB/PCT deverá ser dado cumprimento às disposições estabelecidas no Decreto-lei n.º 277/1999 de 23 de julho, alterado pelo Decreto-lei n.º 72/200, de 27 de março.

3.8 Para uma correta gestão de pilhas e acumuladores o titular desta licença deverá cumprir com os requisitos explanados no Decreto-lei n.º 6/2009 de 6 de Janeiro.

3.9 Os resíduos de baterias e acumuladores devem ser acondicionados em local munido de bacia de retenção, em recipientes estanques, cujo material não reaja com os componentes dos referidos resíduos, e armazenados com o líquido no seu interior e na posição vertical, com aberturas fechadas e voltadas para cima.

3.10 No respeitante aos óleos usados originados no estabelecimento, deverá ser dado cumprimento às disposições do Decreto-lei n.º 153/2003 de 11 de julho, tendo em conta as alterações dispostas no art.º 7º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

3.11 Os óleos usados devem ser armazenados em reservatórios separados, relativamente a outros resíduos, nomeadamente resíduos facilmente inflamáveis. Os óleos usados devem ser armazenados de forma que não seja possível a sua contaminação, nomeadamente por água ou poeiras.

3.12 Os óleos usados devem ser armazenados de forma que seja possível, em qualquer altura, detetar derrames e fugas.

3.13 Todos os locais de armazenagem de óleos usados deverão estar dotados de material absorvente pronto a usar em caso de pequenos derrames e ostentar em local visível, instruções sobre a sua utilização e encaminhamento a dar aos resíduos resultantes da limpeza.

3.14 Deve ser assegurada a adequada ventilação do local de armazenagem temporária. O sistema de ventilação deverá ser dimensionado de forma a impedir a acumulação de gases inflamáveis em concentrações suscetíveis de causar danos para a saúde humana e para o ambiente, devendo ser considerados os quantitativos máximos de óleos usados armazenados, bem como as características do local.

3.15 Os reservatórios ou embalagens utilizados na armazenagem de óleos usados devem estar em boas condições, não apresentando sinais de enferrujamento severo nem exibindo sinais de deterioração, defeitos estruturais, ou fugas visíveis.

3.16 O local destinado à armazenagem de óleos usados deverá estar devidamente identificado. Todos os locais de acesso devem ostentar avisos relativos à proibição de fumar, atear fogo ou utilizar equipamentos suscetíveis de provocar faíscas ou calor.

3.17 A armazenagem de óleos usados deverá ser efetuada em local devidamente coberto e impermeabilizado devendo ser previsto que, em caso de derrame, não serão efetuadas operações de lavagens, e, quando necessário, a limpeza de pavimento das águas contaminadas, pelo facto de terem entrado em contacto com resíduos, deverão ocorrer a seco, com utilização de absorventes sólidos seguindo-se um processo de varredura, e recolhidos para posterior tratamento.



3.18 Quando a armazenagem de óleos usados é realizada em equipamentos com uma capacidade igual ou inferior a 1000l, a armazenagem em altura não deverá ultrapassar as 3 paletes, devendo as pilhas ser arrumadas de forma a permitir a circulação entre si e em relação às paredes da instalação, bem como a permitir o necessário acesso de equipamento e veículos de emergência.

3.19 É proibida a mistura de óleos com outras substâncias, uma vez que estes produtos prejudicam o tratamento do óleo usado.

3.20 Os reservatórios deverão estar colocados dentro de bacia de contenção, a qual deverá possuir, pelo menos, 50% da capacidade máxima do reservatório. No caso de mais de um reservatório, a bacia de contenção deve ter 110% da capacidade de armazenagem do maior reservatório ou de 25% da capacidade total dos reservatórios colocados dentro da bacia, consoante o que for maior. Alternativamente, os reservatórios podem ser de parede dupla equipados com detetor de fugas.

3.21 A base e as paredes dos reservatórios não devem ser penetradas por qualquer dispositivo tipo válvula, tubo ou outra abertura para utilização como sistema de drenagem. Caso existam estes dispositivos, as respetivas juntas com as paredes ou com a base do reservatório deverão ser adequadamente seladas de modo a garantir a estanquicidade do mesmo.

3.22 Qualquer válvula, filtro ou qualquer outro equipamento auxiliar do reservatório deve estar situado dentro de uma bacia de contenção secundária. Caso a entrada de enchimento não esteja situada dentro de bacia de contenção secundária, deverá ser usado um tabuleiro para contenção de eventuais escorrências durante o processo de enchimento do reservatório.

3.23 Deverá dar cumprimento à Lei n.º 54/2012 de 6 de setembro, que define os meios de prevenção e combate ao furto e de receção de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos, assim como às medidas previstas na mesma. Na sequência do preceituado no n.º 2 do Artigo 5.º da Lei n.º 54/2012 de 6 de setembro, a comunicação prévia deverá ser remetida para o seguinte endereço de e-mail: [lei54metais@rnsi.mai.gov.pt](mailto:lei54metais@rnsi.mai.gov.pt).

3.24 A operação de gestão de resíduos perigosos deverá ser realizada em conformidade com os procedimentos estabelecidos no “Regulamento das Unidades de Gestão de Resíduos Perigosos”, aprovado, por despacho de 10.12.2009 do Diretor-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, ao

abrigo do artigo 11º do Decreto-lei n.º 178/06 de 5 de setembro e disponibilizado em [http://www.apambiente.pt/\\_zdata/Regulamento%20das%20Unidades%20de%20Gestao%20de%20residuos%20Perigosos%20no%20CIRVER.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/Regulamento%20das%20Unidades%20de%20Gestao%20de%20residuos%20Perigosos%20no%20CIRVER.pdf).

3.25 Todos os resíduos perigosos, ou os que possuem componentes perigosos, terão que ser armazenados em área coberta, devidamente vedada e impermeabilizada, acondicionados em caixas estanques, cujo material constituinte não reaja com os líquidos que possam ser derramados pelos resíduos.

3.26 A zona de armazenamento de resíduos perigosos deverá estar dotada de dispositivo que permita o confinamento ou eventuais derrames. Em caso de derrame não deverão ser efetuadas operações de lavagem, e, quando necessário, a limpeza de pavimento contaminado deverá ocorrer a seco, com utilização de absorventes sólidos, recolhidos para posterior tratamento.

3.27 Tendo em consideração que a operação de armazenamento de resíduos perigosos é uma fase transitória do seu tratamento, nenhum destes resíduos deverá permanecer armazenado na instalação por mais de um ano.

3.28 Deverá ser efetuada uma avaliação periódica das características dos resíduos rececionados, ainda que mantenham o mesmo código LER, de forma a verificar se o processo de tratamento é o mais adequado ou se a mudança das características dos resíduos permite ou aconselha alteração dos procedimentos.

3.29 Deverão ser implementados procedimentos adequados à verificação da compatibilidade dos resíduos rececionados com as condições de admissão. Eventuais desconformidades devem ser comunicadas à entidade licenciadora, se os resíduos não forem aceites pela unidade de gestão de RP e tiverem de ser devolvidos à procedência.

3.30 O registo de receção de cada carga deverá incluir a proveniência, o dia e a hora de chegada e ainda, sempre que pertinente, e mesmo que a inspeção seja apenas visual, os dados considerados úteis para garantir o controlo adequado dos resíduos recebidos.



3.31 Por razões de segurança a temperatura dos resíduos no ato de entrega deve ser limitada, de forma a minimizar as emissões gasosas e os perigos de formação de misturas inflamáveis com outros resíduos contendo substâncias orgânicas voláteis.

3.32 Resíduos mal odorosos devem ser manuseados e armazenados em recintos fechados e munidos de sistemas de exaustão, captação e tratamento de gases. Medidas idênticas devem ser aplicadas à transferência de lamas ou resíduos sólidos que possam gerar odores, poeiras ou COV.

3.33 Os operadores devem colocar resíduos contendo materiais com características de ignescência, reatividade, ou corrosibilidade, longe de fontes de ignição. Este tipo de proteção implica a colocação de avisos como «proibido fumar» e «proibido o uso de telemóveis». Iguais precauções devem ser exercidas sobre a armazenagem, num mesmo local, de resíduos que sejam incompatíveis ou que possam reagir facilmente entre si, mesmo quando armazenados em locais distintos mas próximos, devido à potencial mistura de escorrências ou derrames.

3.34 Sempre que os sistemas de segurança das instalações não revelem ser suficientes para garantir as melhores condições de salvaguarda da saúde pública e do ambiente, os resíduos líquidos orgânicos de maior inflamabilidade deverão ser armazenados sob atmosfera inerte de azoto.

3.35 Os contentores que aguardem amostragem ou esvaziamento deverão ser armazenados em áreas cobertas e ventiladas. Os contentores que contenham substâncias sensíveis à luz e ao calor devem ser armazenados em zonas igualmente cobertas e protegidas da luz e do calor.

3.36 A unidade deverá dispor de fichas de segurança com indicação do nome dos resíduos, da sua natureza, das características físicas e químicas, dos elementos de proteção individual e das normas de atuação no caso de incêndios e primeiros socorros.

#### **4. Condições gerais**

4.1 O titular desta licença compromete-se a realizar a operação de gestão de resíduos sem pôr em perigo a saúde humana e o ambiente, e a respeitar os princípios estabelecidos no Título I do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho, que lhe sejam aplicáveis.



4.2 O titular desta licença compromete-se a implementar as normas técnicas aplicáveis à gestão dos resíduos objeto desta licença, nomeadamente, as previstas nos art.º 20º a 22º-A do Anexo II Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de setembro.

4.3 O titular desta licença é ainda responsável pelo cumprimento de toda a legislação aplicável à presente actividade de gestão de resíduos, nomeadamente, em matéria de ambiente e de higiene, saúde e segurança no trabalho, sem prejuízo do cumprimento de todas as condições que venham a ser impostas, em qualquer momento, pela CCDR-N ou por outras entidades no âmbito das suas competências.

4.4 A instalação deverá contemplar medidas de prevenção dos riscos de incêndio e de explosão, em conformidade com normas em vigor para proteção de incêndio e de explosão, bem como medidas de segurança, autoproteção de um plano de emergência interno relativo à prevenção de riscos, sistemas de alarme, de evacuação e de emergência.

4.5 O titular desta licença deverá assegurar que a atividade da empresa cumpre o estipulado no artigo 13º do Decreto-lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro – Regulamento Geral do Ruído e deverá evidenciá-lo através de um relatório de ensaio de ruído. Este ensaio deverá ser realizado por laboratórios de ensaio acreditados pelo organismo nacional de acreditação, IPAC - Instituto Português de Acreditação, I.P, de acordo com artigo 34º do mesmo diploma.

4.6 O transporte de resíduos em território nacional deverá ser efetuado de acordo com as disposições da Portaria n.º 335/97 de 16 de maio. O transporte deverá ser sempre acompanhado das respetivas guias modelo n.º 1428 da Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

4.7 Na situação de importação e/ou encaminhamento dos resíduos para instalações, devidamente legalizadas, no estrangeiro, deverá ser dado cumprimento ao Decreto-lei n.º 45/2008 de 11 de Março, que assegura a execução e garante o cumprimento do estabelecido no Regulamento (CEE) n.º 1013/2006, do Conselho, de 14 de junho, relativo à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos no interior, à entrada e à saída da Comunidade.

4.8 O transporte de resíduos deve respeitar a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas por estrada, aprovado pelo Decreto-lei n.º 41-A/2010 de 29 de abril e pela Declaração de Retificação n.º 18/2010 de 28 de junho.

4.9 O titular desta licença deverá estabelecer o registo de cargas de resíduos recusadas, incluindo a informação relativa ao motivo da recusa, origem e classificação dos resíduos, de acordo com a Portaria n.º 209/2004 de 3 de março, número da respetiva guia de acompanhamento, identificação do transportador, bem como outras informações consideradas relevantes.

4.10 Deverão ser adotados procedimentos de receção de resíduos com a definição de critérios de admissibilidade de resíduos na instalação, designadamente em termos das suas características de perigosidade e condições de acondicionamento.

4.11 O titular desta Licença terá que se registar no SIRAPA – Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente, e, por conseguinte, dar cumprimento à Portaria n.º 1408/2006 de 18 de dezembro, relativa ao SIRER. Deverão ser preenchidos anualmente os mapas integrados de registo de resíduos, nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 49-B do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

4.12 A operação de gestão de resíduos deverá ser sempre realizada sob a direção de um responsável técnico, o qual deve deter as habilitações profissionais para o efeito, de acordo com o artigo 20º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho. Deverá ser sempre comunicado a esta Comissão a alteração do técnico responsável pela operação de gestão de resíduos.

4.13 Os resíduos gerados na unidade industrial não poderão ser armazenados no local de produção, por um período superior a um ano, sem autorização para tal, de acordo com o artigo 32º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

4.14 O abastecimento de água às instalações é feito a partir da rede pública de abastecimento conforme comprovativo apresentado, emitido pela respetiva entidade gestora INDÁQUA Feira.

4.15 Cumprimento da licença de utilização de águas subterrâneas n.º 289/DSGA/2007, válida até 2017.05.16, relativa à captação subterrânea de água (furo) destinadas a rega e limpeza.

4.16 As águas residuais do tipo doméstico e as águas oleosas após tratamento prévio em separador de hidrocarbonetos são encaminhadas para descarga no domínio hídrico, conforme o estipulado na licença de utilização dos recursos hídricos n.º L007317.2013.RH3, válida até 2015/05/16.

Não são permitidas quaisquer descargas no domínio hídrico de águas residuais do tipo industrial sem estarem devidamente licenciadas de acordo com o Decreto-lei n.º 226/A/2007 de 31 de maio.

4.17 Deve existir em arquivo nas instalações um dossier com um processo devidamente organizado e atualizado referente ao licenciamento da operação de gestão de resíduos, devendo nele estarem incluídos todos os elementos relevantes. Sempre que solicitado pela Entidades com competências de fiscalização, o dossier em questão deverá ser disponibilizado.

4.18 O titular desta licença deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras Entidades.

4.19 O objeto da licença fica sujeito à fiscalização e inspeção das autoridades competentes, obrigando-se o titular da licença a facultar o livre acesso aos agentes dessas autoridades e a fornecer todas as informações necessárias ao desempenho das funções de inspeção e fiscalização.

4.20 Da inobservância de qualquer das condições impostas resulta a caducidade imediata desta licença, conforme o estipulado no n.º 3 e 4 do artigo 38º, bem como no n.º 1 e 2 do artigo 39º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

4.21 Os litígios que surjam relativamente a esta licença serão resolvidos pelos Tribunais Portugueses.

4.22 Em caso de ocorrência de qualquer situação suscetível de gerar efeitos adversos sobre a saúde humana e/ou ambiente, o operador deve notificar a CCDRN desse facto, tão rapidamente quanto possível e no prazo máximo de 24 horas após a ocorrência.



4.23 A paragem de laboração da instalação ou de partes desta deve ser efetuada de forma segura tanto para a saúde humana como para o ambiente em todas as suas componentes/descriptores, eliminando focos de potenciais emergências a estes níveis.

4.24 Em caso de cessação da atividade de operação de gestão de resíduos, deverá ser apresentado à CCDRN um pedido de renúncia instruído com a documentação necessária, de modo a evidenciar que a cessação da atividade não produzirá qualquer passivo ambiental, de acordo com o artigo 40º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

A Diretora de Serviços de Ambiente

(Paula Pinto)